

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VANDERLEI CARDOSO ROCHA JÚNIOR

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: ESTUDO DE CASO SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM UMA ORGANIZAÇÃO DE ENSINO**

CRICIÚMA

2013

VANDERLEI CARDOSO ROCHA JÚNIOR

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: ESTUDO DE CASO SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM UMA ORGANIZAÇÃO DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof.Esp.Everton Perin

CRICIÚMA

2013

VANDERLEI CARDOSO ROCHA JÚNIOR

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: ESTUDO DE CASO SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM UMA ORGANIZAÇÃO DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Everton Perin

Criciúma, de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Everton Perin - Orientador

Prof. Andréia Cittadin – Examinador 1

Prof. Jonas Brolése – Examinador 2

Este trabalho será dedicado àqueles que foram importantes para a construção do mesmo, em especial, ao meu pai Vanderlei Cardoso Rocha.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus, por sempre ser meu companheiro durante toda a minha vida, principalmente nos momentos mais difíceis já enfrentados, e por ele estar sempre guiando meus caminhos.

Aos meus familiares, e principalmente ao meu pai, pessoa única e insubstituível, que sempre apoiou minha vida acadêmica, e me auxiliou de forma indireta para que essa trajetória fosse conquistada.

Gostaria de agradecer também, a todos os professores que lecionaram durante essa minha vida universitária, a qual foi e será importante para mim e minha formação pessoal.

Quero agradecer em especial, ao meu professor orientador, Everton Perin, por me auxiliar quando necessário, e graças ao suporte dele, este trabalho pode ser concluído, além da paciência necessária durante esse tempo de orientação.

Um agradecimento em especial a minha tia Aline Cardoso Rocha, que foi de importância indispensável para a realização deste trabalho, dando suporte sempre quando necessário.

RESUMO

A elaboração deste trabalho, tem como objetivo, apresentar determinados aspectos contábeis relacionados às entidades do terceiro setor. Este estudo foca, os conceitos e análises de estruturas contábeis, precisamente os demonstrativos contábeis, que são adotados às entidades do terceiros setor. Teve como base metodológica, a pesquisa bibliográfica e documental, bem como de forma qualitativa. Teve como base, para a análise deste estudo, um exemplo prático, que visualiza uma comparação de demonstrações contábeis de uma entidade de ensino, e se estes demonstrativos estão de acordo com determinados regulamentos e normas, evidenciando a formal elaboração contábil das entidades do terceiro setor.

Palavra-chave: Organizações não governamentais; demonstrações contábeis; terceiro setor; transparência; Notas explicativas; Prestação de contas; Captação de recursos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Alterações definidas pelo CFC para as Demonstrações Contábeis das Entidades do Terceiro Setor.

Quadro 2 –Cronograma da pesquisa.

Quadro 3 – Ativo

Quadro 4 – Passivo e Patrimônio Líquido

Quadro 5 – Demonstração do Resultado do Exercício

Quadro 6 – Quadro de comparação São Longuinho x Resolução 1409/12

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

Art. – Artigo

BP – Balanço Patrimonial

CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRCRS – Conselho Regional de Contabilidade de Rio Grande do Sul

CRCSP – Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo

CTN – Código Tributário Nacional

ESFL – Entidades Sem Fins Lucrativos

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviço

IE – Imposto sobre Exportação

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

II – Imposto sobre Importação

IPEA – Fundação de Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produto Industrializado

IPTU – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano

IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

IR – Imposto de Renda

ISS – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

ITBI – Imposto sobre Transmissão Inter-vivos de Bens Imóveis

ITCMD – Imposto sobre Transmissão de Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos

ITG – Interpretação Técnica Geral

ITR – Imposto sobre Território Rural

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

ONG – Organização não Governamental

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDD – Provisão para Devedores Duvidosos

PNE – Plano Nacional de Educação

RS – Rio Grande do Sul

TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVO.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 CONCEITUAÇÃO SOBRE OS SETORES	15
2.2 ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL – ONG	16
2.3 TERCEIRO SETOR NO BRASIL.....	18
2.4 HISTÓRIA DA ONG.....	21
2.5 CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE UMA ONG.....	22
2.6 PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ONGS	24
2.7 GESTÃO ORGANIZACIONAL.....	25
2.7.1 IFRS aplicado as ESFL.....	28
2.7.2 Escândalos sobre ONGs.....	29
2.8 SISTEMA TRIBUTÁRIO DE ONG	32
2.9 CONTABILIDADE DE ONGS	34
2.9.1 Demonstrações contábeis de ONGS	35
2.9.2 Método antigo para demonstrações contábeis.....	37
2.9.3 Novas normativas para demonstrações contábeis	38
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	42
3.1 TIPO DE PESQUISA	42
3.2 COLETA DE DADOS.....	43
4 EXEMPLO PRÁTICO	44
4.1 Ativo.....	44
4.2 Passivo e Patrimônio Líquido:	46
4.3 Demonstração do resultado do Exercício.....	47
4.4 Notas Explicativas	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
ANEXOS	53
I. BALANÇO PATRIMONIAL	53
II. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	54

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ANO DE 2011, DA FUNDAÇÃO LONGUINHO	56
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, relata-se uma prévia baseada na temática deste estudo, assim como o objetivo a ser estudado, problema a ser esclarecido, e objeto de estudo específico, além de evidenciar a importância desta pesquisa.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Atualmente, no mundo globalizado, o mercado expande-se em termos de exploração de atividades, com o objetivo de auferir lucro de diversas formas. É dado como exemplo o comércio e suas variedades de produtos a serem explorados, comercializados e consumidos por terceiros (clientes), indústrias, das quais exploram o lado operacional em larga escala de produção, estudando estratégias para alavancar suas metas, principalmente o resultado financeiro. O mesmo ocorre com as empresas que optam pela prestação de serviços, que utilizam mão-de-obra especializada para executar seus serviços, adquirindo um certo diferencial no mercado competitivo que também possui a mesma missão: adquirir receita, e cada vez mais, alavancar seus objetivos e metas planejadas.

Normalmente quando menciona-se sobre empresas, pessoas jurídicas, tem-se uma idéia formada sobre o objetivo da empresa, que obviamente é o lucro, mas também os métodos, e planejamentos, para alcançar este objetivo. Esse tipo de organização conceitua-se como segundo setor.

Assim também, como o Estado que trata-se de uma organização formal, e pessoa jurídica, possui como meta, suprir a necessidade do povo através de programas sociais, como por exemplo, a segurança pública (polícia), justiça pública, serviços sociais públicos (saúde, educação). Sendo assim, o estado é uma organização que destaca-se como primeiro setor.

Também existem organizações que prestam serviços comunitários, comercializam produtos e prestam serviços. Porém possuem um objetivo diferenciado dos acima citados, não auferindo lucro, e possuindo objetivos distintos. Essas organizações são popularmente conhecidas como ONGs (Organizações Não Governamentais), e enquadram-se no terceiro setor.

Neste estudo, busca-se evidenciar como funcionam as estruturas das demonstrações contábeis de uma ONG, e de acordo como necessário, os métodos para estruturá-las, como funciona sua forma de elaboração, respeitando quais as burocracias e normas necessárias para serem formalizadas e, assim, evidenciar formalmente sua contabilização e suas demonstrações contábeis.

Além de pesquisar outros fatores determinantes para o seu funcionamento, como a parte burocrática de documentação, tributação fiscal a ser cumprida, demonstrativos necessários para a beneficiação de determinados privilégios, entre outros fatores, determinantes para o seu funcionamento.

Desta forma, questiona-se: As demonstrações contábeis desta instituição de ensino, que é o objeto deste estudo, estão condizentes com as exigências contábeis atuais?

1.2 OBJETIVO

O objetivo geral desta pesquisa, analisar-se-á a forma como as demonstrações contábeis da instituição de ensino abordada neste estudo estão condizentes com as exigências contábeis atuais.

De forma mais abrangente, procura-se entender a dinâmica e funcionalidade de suas formas de elaboração contábil. Dentre elas destacam-se:

- Analisar os métodos de estruturação contábil de entidades do terceiro setor, condizentes com a exigência atual;
- Demonstrar de forma prática, a estruturação contábil de uma instituição de ensino; e
- Se as demonstrações contábeis dessa Entidade estão condizentes com as normativas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os movimentos sociais sempre foram importantes para a história da humanidade, e cada vez mais possuem um papel fundamental na luta contra a exclusão, sem preconceito, sem desigualdade, e por uma sociedade mais digna, ética, e mais justa. Entender como as ONGs funcionam, como elas organizam estes

movimentos sociais e quais são suas principais características, é essencial para garantir o fortalecimento deste tipo de entidade que traz inúmeros benefícios sociais.

Este tema a ser trabalhado é relevante pelo fato da abrangência da área do terceiro setor estar crescendo cada vez mais com o decorrer dos últimos anos. Desta maneira, trabalha-se um tema atual que pode ser muito explorado e trará grandes benefícios em termos de conhecimento e agregação de valor para a sociedade.

A pesquisa demonstra as etapas do seu processo de contabilização, ou seja, este trabalho servirá de forma esclarecedora para os interessados neste tema, especialmente para profissionais do setor contábil.

O intuito da abordagem deste tema serve para esclarecer certas dúvidas sobre este ramo de atividade, que para muitos ainda pouco conhece-se. Satisfazer questionamentos e curiosidades relacionados a este tema objetiva o enriquecimento das fontes teóricas existentes atualmente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Logo abaixo, apresenta-se uma análise sobre os setores que abrangem o mercado competitivo, suas principais diferenças de enfoque, e suas atividades das quais destacam-se, para a utilidade do meio social.

2.1 CONCEITUAÇÃO SOBRE OS SETORES

Atualmente vive-se em um sistema econômico-social muito complexo e abrangente, onde são divididos em três setores, e cada um com suas particularidades e exclusividades, sendo catalogados como: primeiro setor, segundo setor, e terceiro setor.

O primeiro setor é aquele em que, o responsável é o estado, com o intuito de servir o meio social através de suas políticas públicas, para que a população seja beneficiada com seus feitos, na qual deve-se promover de modo universal, sem nenhum tipo de distinção, de acordo com a Constituição Federal. (OLIVEIRA, 2010).

Já o segundo setor, é o setor que trabalha com uma idéia mais individual e voltada ao desempenho econômico e de lucro de organizações privadas, ligadas aos seus planos de política privada.(OLIVIERA, 2010).

Neste setor, trabalha-se o conceito lucrativo das empresas privadas, e o fator determinante para o seu progresso, que está ligado ao lucro obtido por estas empresas com o decorrer de um período estipulado. Ou seja nela trabalha-se os ideais do capitalismo. (OLIVEIRA, 2010).

O terceiro setor, denomina-se com a finalidade de atender o meio social e suas minorias, de uma forma mais humanitária, que também é mais conhecido como setor social. (OLIVEIRA, 2010).

Este setor, possui traços do primeiro setor, tendo como objetivo o atendimento as minorias, necessitados, e segue como política de gestão, o fato de não auferir lucros em suas atividades, sendo que também possui algumas características do segundo setor, como por exemplo a sua política organizacional baseia-se nos ideais do segundo setor. Diante disto, o terceiro setor, trata-se de uma mistura do primeiro e segundo setor, sendo que o três setores são essenciais para o meio social. (OLIVEIRA, 2010).

Diante desta contextualização, pode-se classificar as entidades do terceiro setor como de direito privado, porém sem fins lucrativos.(OLIVEIRA, 2010).

Analisa-se que, todos os três setores possuem suas próprias particularidades e sua própria essência, sendo que cada um deles é necessário para o bom funcionamento e desenvolvimento social.

2.2 ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL – ONG

Neste tópico, apresentam-se determinados aspectos que caracterizam uma Organização Não Governamental, bem como seu conceito, sua funcionalidade. O capítulo aborda ainda, a estrutura financeira desta organização.

As Organizações Não Governamentais desenvolvem atividades no terceiro setor sem finalidade lucrativa executando atividades públicas, mas com gestão independente, sempre buscando auxiliar no desenvolvimento humano de acordo com sua área de atuação.

Segundo Serva (1997) uma ONG não está classificada nem como empresa estatal e nem como empresa privada. Seus principais ramos de atividades são: educação, saúde, defesa de minorias, cultura e ecologia. Outra característica dessas organizações é a expansão de suas atividades pelo mundo, especialmente no Ocidente, já que essas organizações ocupavam seu espaço na gestão política de seus respectivos países e para distinguir de seus próprios órgãos públicos, essas organizações denominaram-se organizações não governamentais. Sendo que sua essência era muito difundida para sua complexidade, diversidade e de acordo com sua caracterização ela foi categorizada como uma organização de terceiro setor.

Já Vergara e Ferreira (2005) consideram que há diferenças de ONGs em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Afirmam que nos países subdesenvolvidos, as ONGs possuem influência social e política geralmente para tratar de controvérsias políticas e assuntos pertinentes direcionados a políticas sociais destes países, ao passo que, nos países desenvolvidos, elas realmente ocupam suas funções pertinentes, como no ramo de sua atividade.

Pelo fato de não ser uma entidade de primeiro setor, que são entidades públicas ligadas ao governo, e segundo setor que são entidades do ramo privado, as entidades de terceiro setor são categorizadas como organizações de direito privado, porém, sem auferir lucro, mediante a este fator, não possuem influências do

governo, nem do mercado competitivo. É a principal caracterização de uma organização do terceiro setor. (VERGARA E FERREIRA, 2005).

De uma forma geral, pode-se conceituar as organizações não governamentais como organizações privadas, mas com a finalidade pública e sem fins lucrativos. Geralmente, são associações de direito privado com atuação voltada para questões de interesse público (MARQUES, MERLO e NAGANO, 2005, p. 68)

As ONGs têm como objetivo representar um complexo organizacional para auxiliar no desenvolvimento social. Algumas possuem características específicas e distinguem-se principalmente por suas relações de resultado e dinâmica social. Como da forma em que elas desenvolvem suas atividades e não na sua política de gestão, bem como estas entidades, não possuem uma classe de quaisquer indivíduos com interesses específicos, não são filantrópicas, não possuem caráter comercial e nem influências religiosas, caracterizando-se antagônicas. (TUDE e RODRIGUES, 2007).

Em virtude de sua possibilidade de expansão mundial, as ONGs possuem inúmeras interpretações, porém possuem suas regras institucionais únicas. A essência das ONGs se obscurecem por não seguir um único padrão e sim, possuir diversas ramificações em suas missões e objetivos por si só, tornando-se polissêmicas.

Silveira, 2006, complementa que uma ONG tem como principal característica, única que a difere de outras entidades de terceiro setor, a natureza de atividades que prestam, estas são como atividades enquadradas de natureza pública, em que se destina exclusivamente para a prestação de bens e serviços para o meio social .

Este termo ONG foi utilizado pela primeira vez, na resolução 288 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em 1950 após os resultados da segunda guerra mundial, tendo o objetivo de reunir entidades que exercem atividades sem fins lucrativos de todo o mundo e que não tiveram formalizado com os estados (SILVEIRA, 2006).

Freqüentemente vistas como parte dos motores do movimento cidades saudáveis, as organizações não governamentais (ONG) padecem paradoxalmente do sucesso de sua idéia original. Num momento em que, seja por descrédito da instituição pública seja por uma divulgação muito favorável dos resultados do setor privado, poucos são os que se sentem

confortáveis quando identificados com a área pública. Em contraposição, as ONGs são freqüentemente associadas a "causas", em geral, nobres a priori ou de apelo popular, tomando difícil questioná-las; ao mesmo tempo, costumam ser utilizadas como instrumentos para facilitar a obtenção e alocação de recursos, seja agilizando, seja burlando alguns dos mecanismos tradicionais da administração pública.(MALIK,1997, p.22)

Ckagnazaroff e Souza, 2003, relatam que as ONGs e os estados podem unir forças pelo mesmo propósito, qual seja, o de auxiliar o meio social em sua respectiva área de atuação, independente de meios políticos,mas sim em servir a sociedade. Este tipo de processo torna-se muito restrito, pois trata-se de estratégias de barganha e negociação,onde cada um dos dois lados podem adquirir certos benefícios. No caso das ONGs, poderão conseguir ampliar sua área de atuação e com o decorrer do processo, causar influências sobre políticas públicas. E, também, como no caso dos Estados utilizarem as ONGs como uma estratégia de terceirização para aplicar suas políticas sociais.

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc) define as ONGs de modo amplo: qualquer organização que não foi criada por via de acordos intergovernamentais se considerará "(...) como organização não governamental. Inclui aquelas que aceitam membros designados por autoridades governamentais". Entretanto, não hesita em acrescentar que uma ONG não deve almejar lucro com a associação.(Coutinho, 2007, p.1)

Essa contextualização torna visível a real autonomia das ONGs e a sua caracterização, realmente agindo de forma individual, ou com parcerias de governos, como no exemplo acima citado.

Mesmo sendo algo bem difundido, uma ONG possui suas próprias doutrinas, diretrizes, criando assim sua própria identidade no meio social e deixando claro sua importância em todas as regiões do mundo.

2.3 TERCEIRO SETOR NO BRASIL

As ONGs possuem grande influência em todas as partes do mundo, incluindo todo o terceiro setor em si, possuindo diferentes métodos de agir intenções próprias, mas com o mesmo objetivo, o de dar assistência ao meio social.

A vinda do terceiro setor ao Brasil, foi de relevância social e histórica, para assim, marcar seu trajeto e importância, que conseqüentemente ao decorrer do tempo, iriam trazer mudanças positivas ao meio social brasileiro.(OLIVEIRA, 2010)

Contrariamente a sociedade norte americana, o Brasil teve algumas dificuldades em adotar esse tipo de entidade em solo nacional, sendo que o terceiro setor trabalhava com o meio social e dava suporte à sociedade. Esse papel de desempenhar ajuda para o povo, era da Igreja Católica que, por ser muito influente sobre determinados assuntos da época, em meados do século XVI, era contra o idealismo do terceiro setor, pois o mesmo possuía grande influência sobre determinadas políticas sociais da época. Mesmo com a intervenção da Igreja Católica sobre a vinda do terceiro setor, com o decorrer do tempo, algumas outras igrejas e associações de imigrantes, conseguiram fortalecer a idéia de adotar o terceiro setor em solo nacional, para um melhor desenvolvimento social.(OLIVEIRA, 2010)

Quando o terceiro setor teve sua vinda ao Brasil, ele era mais facilmente identificado como entidade sem fins lucrativos, pois naquela época, era assim descrito, de acordo com algumas peculiaridades referentes as legislações daquela época.(OLIVEIRA, 2010)

Essa influência aplica-se também para as ONGs no Brasil, que possuem suas próprias exclusividades e interesses nacionais a serem realizados, bem como sua referência mundial.

De acordo com Fraga, 2002, as ONGs tiveram suas origens no Brasil em meados de 1950 a 1960. Nesta época era imposto o sistema de regime militar, o qual não era bem visto pelo governo, pois as mesmas forneciam assessorias para os trabalhadores urbanos e rurais da qual se questionavam sobre o sistema social vigente. E que algumas vezes as ações eram executadas de forma clandestinas e suas ações principais na época eram relacionadas à educação, criando os Centros de Educação.

E quando as ONGs tiveram inicio no Brasil, o recurso financeiro era um sistema muito frágil, como relata Fraga, 2002, p. 02.

As ONGs buscavam nas agências de cooperação internacional a base de sustentação material para o desenvolvimento de sua atuação. O ideário presente no exercício de repasse financeiro dessas agências para as ONGs do Brasil e do Terceiro Mundo, em geral, baseava-se no princípio da conversão à cidadania dos setores populares e a de que as atividades desenvolvidas por estas entidades poderiam contribuir para uma mudança na qualidade de vida e do padrão de desenvolvimento.

Mas mesmo superando essas dificuldades, com o decorrer do tempo o Brasil começa a expandir a geração de novas ONGs devido ao reconhecimento de sua importância no meio social. De acordo com Buarque e Vainsencher, 2005, p. 02:

No Brasil, especificamente, essas ONGs fazem parte dos novos movimentos sociais e têm, como pontos de convergência, os princípios do desenvolvimento humano[3]e do alargamento da participação cidadã. Elas apresentam uma grande diversidade, principalmente temática, variando desde as entidades ligadas ao meio ambiente e aos grupos feministas, até as organizações voltadas à proteção da criança e do adolescente, num total de 225, segundo o cadastro/98 da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais[4] - ABONG. É a combinação desses dois princípios, exatamente, que levam tais organizações, em seu conjunto ou mesmo em separado, a apresentar as seguintes características: • concentrar o seu nascedouro na reconstrução da vida democrática nacional; • alojar-se, política e tecnicamente, como inovadoras do fazer social, alargando o espaço de intervenção popular;

Com o decorrer do tempo, as ONGs brasileiras vão dando suporte a todos os tipos de necessidades daquela época, como questões trabalhistas, saúde, transporte, saneamento básico e educação, que são exemplos claros da época de escassez brasileira.(Steil e Carvalho, 2001)

Tendo como conseqüência dessas ações, o sistema social começa a mudar, com grupos sindicais, para conscientizar sobre certos assuntos como, por exemplo, o pensamento machista e questões étnicas relatando a discriminação de negros e indígenas, sexualidade, assunto que temia-se falar na época, e ecologia que relacionava sobre a proteção do planeta, flora e fauna, e poluição que era relacionado aos excessivos métodos de produção e exploração das grandes indústrias da época.(Steil e Carvalho, 2001)

De acordo com Carvalho, 2000, p. 01:

Nos últimos tempos as Organizações Não Governamentais no Brasil parecem estar passando por um processo acelerado de mudanças e de adequações estruturais e processuais, numa caráter evolutivo que nos permite hipotetizar sobre a enorme influência das Organizações Não Governamentais do Norte, isto é, as que estão localizadas nos países centrais como fontes importantes e determinantes de influência para estas mudanças.

Ainda, de acordo com o autor, esta influência é denominada “movimento isomórfico” e tem como objetivo basear-se em ONGs internacionais, para utilizar como método gerencial, e intelectual, ou seja tomando base como exemplo, ONGs

europeias, onde torna nítido, a importância da multiplicação das ONGs por toda a expansão mundial.

Com base nisso, observa-se a importância plena da fundação das ONGs no Brasil, bem como no seu sucesso em auxiliar as camadas sociais mais atingidas de uma época, até os dias de hoje. E como teve importância em moldar a história e situação do país em que vivemos hoje, com o apoio de influências internacionais.

2.4 HISTÓRIA DA ONG

As ONGs possuem funções de auxiliar suas respectivas camadas sociais, sem fins lucrativos e de forma independente. E isto tudo foi almejado no decorrer dos tempos.

Em meados de 1940 surge o termo ONG, Organizações não governamentais, termo descrito como organizações que possuem como tema, a criação, elaboração, e execução de projetos humanitários, ou interesse público (COUTINHO, 2007)

Apesar destas mudanças, ela iniciou-se a partir decorrente de uma grande crise financeira sobre o pós-guerra da segunda guerra mundial, onde diversos líderes políticos de diversas partes do mundo começam a concentrar suas economias em reerguer o país, deixando de lado as camadas sociais mais necessitadas. Sendo que a população não era capaz de arcar com os custos sociais por si só, começam a surgir organizações que procuravam suprir estas necessidades do povo, sem a interferência do estado e de políticas privadas, sem auferir lucros. Eis que surgem as ONGs. (SILVA, 2002)

De acordo com Steil e Carvalho, 2007, p.3:

Assim, se uma primeira geração de ONGs esteve associada ao contexto desenvolvimentista dos anos de 1950, como um momento de expressiva atuação de entidades não-governamentais sem fins lucrativos no desenvolvimento local de comunidades, a segunda geração tem como principal referência as políticas europeias para o desenvolvimento da década de 1970. Estas políticas envolviam tanto fundos governamentais de Assistência Oficial, quanto a rede de organizações de cooperação internacional, formada por fundos de cooperação não-governamental para o desenvolvimento social. Estes fundos não-governamentais provinham sobretudo das igrejas cristãs, movidas por valores como caridade, missão e solidariedade, mas também de entidades não-confessionais da sociedade civil, que foram forjadas a partir de uma mentalidade terceiro mundista, voltadas, a princípio, para o apoio aos processos de descolonização dos

países africanos e asiáticos e depois para a redemocratização dos países do Sul.

2.5 CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE UMA ONG

Uma ONG tem como função específica, a de proporcionar assistência social as camadas menos favorecidas, para que possam ter uma condição de vida de melhor qualidade.

Mas como essas instituições não possuem como objetivo o lucro operacional, como funcionam seus métodos de sustentabilidade? Como arcar com seus gastos? Já que não fazem a transação de vendas, de bens ou serviços, será visto suas formas de captação de recursos.

Seguindo a linha de raciocínio de Tenório, 2005, as ONGs conseguem sustentar-se financeiramente de diversas formas. Uma delas é a captação de financiamentos oriundos de cooperativas internacionais, isto dependendo do projeto a ser elaborado e em qual meio social, deverá atuar. E isto é correlacionado com o tempo que o projeto ou programa irá durar.

Um dos métodos para a captação e recursos, segundo Freitas, 2004, concebe recursos financeiros de um ou mais agentes através de empréstimos ou contribuições financeiras destinadas a implementação de um determinado projeto.

Entre outros pontos cita-se, em alguns casos, o auxílio dos estados e municípios para firmar parcerias, e até mesmo a aplicação de rifas e campanhas, como métodos alternativos de captação de recursos (Freitas 2004).

Sendo que cada vez mais dificulta os métodos de captação de recursos, já que, segundo Brigo, 2006, o aumento competitivo para obter-se financiamentos, torna-se difícil o acesso para este tipo de recurso, sempre tendo a necessidade de inovar nos métodos de captação de recursos.

Até porque para manterem-se ativas, as ONGs necessitam desse tipo de suporte. De acordo com Cruz, 2000, p.10, “a captação de recursos deverá ter como objetivo prioritário levar adiante a missão da organização”

Cada ONG possui sua exclusividade para a captação de recursos como por exemplo suas fontes, como já dizia Brigo, 2006, p.23 “Cada uma das fontes de financiamento possui vantagens e desvantagens que devem ser identificadas e analisadas.”

Captar recursos com empresas assegura quantias mais significativas, menor burocracia na efetivação do financiamento, maior credibilidade, porém o caminho apresenta percalços, como dificuldade para acessar a pessoa que decide, e de compatibilizar as expectativas de retorno com o que a causa de fato pode oferecer.(BRIGO 2006. P.23)

Entretanto, cada forma de captação possui suas particularidades a serem analisadas, variando conforme a entidade, sua função social, dentre outros requisitos.

Captar recursos com indivíduos traz vantagens, que vão desde o comprometimento (normalmente são fiéis, e doam ao longo de muitos anos), divulgação da instituição (costumam fazer propaganda favorável dentro da comunidade), e o fato dos recursos decorrentes de indivíduos ingressarem de modo livre na instituição, possibilitando que a mesma os utilize para cobrir custos operacionais. Porém, o principal desafio é obter adesão de um grande número de doadores e fidelizá-los, para que se possa compor uma receita expressiva, já que indivíduos contribuem com somas normalmente pequenas.(BRIGO 2006, p.23)

No momento em que se obtêm captações decorrentes de fundações, exige-se uma série de relatórios e documentações, já que seus recursos possuem destaque por serem extensos, tanto monetário quanto durável.

Bem como os projetos de geração de renda, já que esses garantem a auto sustentabilidade das próprias ONGs, sobretudo estes processos são desafiadores pelo fato dos projetos possuírem competitividade, o que exige disponibilidade para recursos financeiros e humanos. (Brigo, 2006)

E por fim, a captação de recursos por meio de eventos tem um ponto importante que é o retorno de imagem junto à comunidade e o envolvimento de voluntários, além de que os recursos arrecadados podem ser utilizados para projetos que a instituição julgar prioritários ou para cobrir gastos operacionais. O grande desafio é a necessidade de envolvimento de muitos funcionários na organização de dos eventos, e nem sempre traz o retorno esperado. (BRIGO, 2006 P.23,24).

Conforme Adulius apud BRIGO, 2006, p.3, “a captação de recursos não é apenas captar dinheiro, mas estabelecer e gerenciar relacionamentos com pessoas e organizações que podem ter interesse em sua organização”.

Finalizando, a captação de relacionamentos, pessoas, e organizações é tão importante, quanto na captação de recursos monetários, como diz Brigo (2006 apud, Tachizawa, 2002, p.176) “grande parte do sucesso nas atividades de captação de recursos depende do relacionamento que se estabelece com os doadores”.

2.6 PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ONGS

Por não visar a obtenção de lucros, interesses empresariais e planejamentos lucrativos, uma ONG não possui um proprietário em si, mas um grupo de pessoas responsáveis por essas ações sociais. Mesmo assim esses responsáveis devem prestar contas para algo ou alguém, mesmo tratando-se de uma organização atípica.

Segundo Rezende, 2007, as ONGs devem prestar contas ao Ministério Público e ao Ministério da Justiça, para estreitar o uso de seus recursos, devendo transparecer de seus feitos e atos, para que não haja desvio de verba, referindo-se a captação de recursos públicos, e de acordo com o artigo 5º da lei 9.790/99, em que:

Art. 5º A ONG prestará contas anualmente dos recursos recebidos por intermédio de convênios ou subvenções de origem pública ou privada, inclusive doações, através de relatório a ser enviado ao Ministério Público e ao Ministério da Justiça, independente da prestação de contas aos respectivos doadores.(REZENDE, 2007, p.130)

Apesar deste tipo de recurso sendo recebido por entidade privada, deve ser feita a devida prestação de contas, como acima citado.

Para reforçar o ponto de vista, Rezende, 2007, p.131,relata que “a justificção dos parlamentares se sintetiza na necessidade de transparência da aplicação de recursos e do cumprimento de objetivos por parte das organizações.”

Como também, a imprensa causa influência sobre este tema, pois segundo Rezende (2007) a imprensa cobra periodicamente do Estado em relação à liberdade de ação destas organizações não lucrativas.

E segundo Lima (2012) a contabilidade é acima de tudo, importante para a transparência de contas prestadas pelas ONGs, pois trata-se de registros, coletas e demonstrações de fatos que devem ser apurados.

Para as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) constituem-se num [...] conjunto de regras e procedimentos de conduta que devem ser observados como requisitos para o exercício da profissão contábil, bem como os conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados na realização dos trabalhos previstos nas normas aprovadas por resolução emitidas pelo CFC [...].(LIMA, 2012, p.31)

Conseqüentemente com a ação de transparência das ONGs elas aproximam-se dos órgãos públicos, de acordo com suas atividades praticadas, contudo demonstrando sua idoneidade, buscando sempre aliar recursos humanos, financeiros e materiais em prol das causas sociais (LIMA, 2012)

Basicamente de acordo com Lima, 2012, p.33:

[...]três elementos que compõem a gestão do terceiro setor são: transparência, relatórios de avaliação, e instrumentos de comunicação. Assim o autor relata que as organizações devem que a prestação de contas deve ser realizada de forma transparente, de forma a apresentar os resultados de suas ações por meio de relatórios de atividades e demonstrações contábeis.

Infelizmente ocorrem escândalos financeiros dentro de ONGS, referente a erros e irregularidades, referente a prestação de contas, já que as ONGS podem ser utilizadas no papel de “encobrir” atos de gestores inescrupulosos, aproveitando-se das falhas legislativas do país, ocorrendo até mesmo fraudes de documentos. (Olak e Nascimento, 2010)

Milani filho, 2008, p.9,relata que

[...] a transparência e a prestação de contas tornam-se elementos essenciais para contribuir com a própria sobrevivência das entidades, uma vez que são inseridas num ambiente competitivo por recursos financeiros e não-financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações, terão maior probabilidade de captação desses recursos.

Além da legislação vigente, dependendo da gestão das ONGs, se utilizadas para fins de sabotagens, ela poderá ter sua imagem denegrada, dificultando seu real objetivo, de prestar serviços ao meio social, e denegrir também a imagem geral das ONGs, dificultando ainda mais, seu exercício.

2.7 GESTÃO ORGANIZACIONAL.

Mais adiante, compreender-se-á, como ocorre o sistema operacional de uma ONG, em resumo, veremos quais os métodos que as ONGs utilizam para alcançar seu objetivo principal, que é o auxílio das camadas sociais mais discriminadas.

A gestão organizacional no Terceiro Setor, particularmente das ONGs, gera um debate reflexivo sobre a emergência de um processo híbrido que recebe influências de modelos adotados por organizações estatais e privadas. Os modos de transferência dar-se-iam através da alocação de ex-gestores do setor privado nessa área, da ação de consultores e pela incorporação de tipologias de gerenciamento de órgãos e empresas financiadoras e/ou controladoras das organizações não-governamentais. Para Drucker (1995), gestores com sólida formação e domínio de técnicas administrativas, tornariam as práticas e políticas organizacionais no Terceiro Setor mais sistematizadas, articuladas e voltadas ao cumprimento dos objetivos propostos pelas instituições sociais. (VIDAL E MENEZES, 2004 p.407)

Porém, no início das atividades das ONGs, por volta dos anos 70, falava-se em administração de ONGs, porém esse termo não se enquadrava com as organizações de terceiro setor, de acordo com seus conceitos, e que também, o termo “administração” era muito usado para fins de negociações, enfim as organizações do segundo setor. E com o decorrer do tempo, com o grande crescimento das organizações do terceiro setor, e o crescimento de sua gestão diferenciada, elas foram classificadas como “gestão gerencial” ao decorrer do tempo. (Vidal e Menezes, 2004)

Uma outra questão a ser abordada é o hibridismo da gestão em ONGs atrelado ao paradigma da sustentabilidade, isto é, o fim da dependência de fontes tradicionais de financiamento. Isso implica a necessidade de diversificar fontes de financiamento, desenvolver projetos de geração de receita, profissionalizar recursos humanos e voluntariado, atrair membros sócios das organizações, estabelecer estratégias de comunicação, avaliar resultados e desenvolver uma estrutura gerencial altamente eficiente. (VIDAL E MENEZES, 2004, p.407)

Dessa forma, uma ONG não necessariamente irá depender exclusivamente de fontes de financiamento, mas sim de diversas outras formas de captação de recursos, como estratégias e projetos financeiros, para suprir suas necessidades, de acordo com funcionamento da ONG, ampliando ainda mais o seu horizonte de possibilidades e viabilidades de gestão.

Assim como também, elaborar projetos a longo prazo, para que suas fontes de recursos estejam sempre propiciando suporte financeiro para suas ações, como estabelecer parcerias e gestão com pessoas. Como o projeto irá ser a longo prazo, isso irá necessitar o acompanhamento de seus investidores, e conseqüentemente, suas fontes de recursos, deste modo, os investidores estarão auxiliando periodicamente a longo prazo, as atividades da ONG. (Vidal e Menezes, 2004)

Diferentemente da gestão privada, a gestão de ONGs, utiliza-se de estratégias, e métodos diferenciados para suprir suas necessidades. Como por exemplo para o gestor social, é necessário a capacidade de articular e de negociar com suas fontes investidoras, e já o método de gestão privado, sua principal característica é a competitividade excessiva, para obter suas metas atingidas, diante do mercado empreendedor .

Os pressupostos da gestão de organizações não-governamentais abordados pelo presente estudo contemplam as seguintes variáveis de análise: a gestão do conhecimento e a gestão social e racionalidade substantiva. (VIDAL E MENEZES,2004,p.408,).

Como parte da gestão gerencial, a gestão social, que nada mais é que a gestão de ações públicas sociais, relacionadas a demanda e necessidade social. Um exemplo clássico seria os programas e projetos sociais, e também as políticas públicas. Sendo que as políticas públicas são de decisão do estado, mesmo originando-se na sociedade civil.

A descentralização, a participação, o fortalecimento da sociedade civil pressionam por decisões negociadas, políticas e programas controlados, fóruns públicos não-estatais e uma execução em parceria, portanto, publicizada. As ONGs são protagonistas desse novo processo atuando em parceria com o setor público formando redes, facilitando a concertação social e o diálogo intersetorial; fazendo advocacy; interconectando serviços complementares, comunidades locais, organizações governamentais e não-governamentais, empresas, comunidades locais, regionais, nacionais, mundiais; articulando parcerias e ações multissetoriais; mobilizando vontades, adesões e implementando pactos de complementaridade entre atores sociais, organizações, projetos e serviços (CARVALHO, 1999 apud VIDAL E MENEZES, 2004, p.1).

A gestão gerencial, guia as ONGs de forma construtiva, criando o fortalecimento do compromisso social e o desenvolvimento humano, com o compromisso de melhoria na qualidade de vida social, tornando uma gestão substantiva, emergente da ambição das ONGs. A gestão social também esta ligada com a ética social, envolvendo questões humanitárias, que exercem influências em relações intra-organizacionais de ONGs, bem como seus métodos de gestão, e sua transparência social. (VIDAL E MENEZES, 2004)

Serva apud Vidal e Menezes 2004, p.410-411, lecionam que:

1-são norteadas por princípios logicamente inter-relacionados: primazia da ação coletiva, respeito às diferenças individuais, busca de equilíbrio entre homem e organização, ação calcada em identidade de valores; 2-são organizações nas quais há relações interpessoais intensas e fortes; nessas organizações, é constante e intensa a reflexão coletiva sobre o cotidiano da organização; 4-as estruturas hierárquicas são ou extremamente flexíveis ou inexistentes; 5.só se aceitam novos membros que se identifiquem com os valores e com a causa maior da organização; 6.nessas organizações há livre circulação de informações, o que facilita o processo coletivo de tomar decisões; 7-os indivíduos são remunerados conforme a atividade que executem e seu comprometimento com a organização (podem incluir trabalho voluntário); 8-os horários de trabalho são flexíveis; 9-o rendimento dos indivíduos é aferido coletivamente, em reuniões periódicas e há abertura para o diálogo e para a negociação; 10.a organização se expressa, em termos sociais, pelos valores que espousa; 11.a organização sempre busca na sociedade o respaldo para suas ações.

Além disso, algumas experiências de gestão das organizações do terceiro setor podem ser guiadas de forma ainda mais substantiva, ligados a promoção social de seus feitos e pela valorização dos envolvidos, tanto de forma direta quanto indireta, tanto as pessoas que se beneficiam com os serviços das ONGs, como os funcionários remunerados, ou até mesmo voluntários envolvidos em suas ações. Ainda mais, este envolvimento com diversas pessoas no meio das ONGs, mostra, o quão são grandes e importantes as ONGs no meio social.

2.7.1 IFRS aplicado as ESFL

Mediante tais informações e regras gerenciais, toma-se como base para a elaboração formal do trabalho contábil, as IFRS (Internacional Financial Reporting Standards) que traduzindo ao português brasileiro “Normas Internacionais de Contabilidade”, trata-se de forma global, os métodos corretos para a elaboração de demonstrações contábeis.

Aplica-se essas normativas para todo o setor contábil, incluindo com algumas caracterizações exclusivas, o terceiro setor, ou seja as ESFLs (Entidades Sem Fins Lucrativos) incluindo as novidades a serem utilizadas para a devida contabilização.

A principal mudança, para o terceiro setor, de acordo com as normativas internacionais de contabilidade, perante a visão de Athayde Junior, 2013, é a segregação rigorosa do DRE, perante os grupos de receitas e despesas, pois os mesmos deverão evidenciar as atividades operacionais exclusivas de cada entidade

sem fim lucrativo, aumentando assim, o numero de lançamentos contábeis característicos da mesma. (ATHAYDE JUNIOR, 2013)

Um exemplo de segregação de receitas de resultados, de acordo com Athayde Junior, 2013

A DRE deverá demonstrar as Receitas “Com Restrição”, para a evidenciação dos recursos de terceiros recebidos dadas as previsões contratuais, em um primeiro grupo, demonstrando depois os custos incorridos com os projetos para então demonstrar o resultado “Com Restrição”. Depois passa a demonstrar os números “Sem Restrição”, que são de fato o resultado da entidade.

Alguns pontos importantes foram atualizados perante o novo modelo de estruturação padrão das Normas Internacionais de Contabilidade, dentre eles, relata a retirada do termo “lucros acumulados” para entidades comerciais e industriais do grupo do patrimônio líquido, a remoção do ativo diferido, como também a eliminação das contas de reavaliação, que está inclusa no PL. (ATHAYDE JUNIOR, 2013)

Outro ponto importante sobre as mudanças de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, é a filtração das contas de ativo e passivo, que demonstrarão somente as contas de Circulante, Não-Circulante, e Imobilizado. Deve-se ressaltar a alteração do DRE sobre as Subvenções para investimentos, que nada mais é que o incentivo governamental para a aplicação de determinados tipos de investimentos de acordo com a necessidade da entidade. (ATHAYDE JUNIOR, 2013)

Com essa nova aplicação de mudanças nas demonstrações contábeis para as entidades sem fins lucrativos de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, demonstra a importância de uma entidade a respeitar os princípios contábeis para a elaboração de demonstrativos contábeis, além de divulgar a atividade da entidade para o exterior, segrega ainda mais suas demonstrações, dando credibilidade para uma entidade, por demonstrar sua transparência mediante suas atividades.

2.7.2 Escândalos sobre ONGs

Não existem casos de corrupção apenas nos primeiro e segundo setores, estes casos de escândalos podem ocorrer até mesmo no terceiro setor, que, mesmo conhecido como setor social e responsável por providenciar suporte e assistência

para as minorias e necessitados, também se pode notar os acontecimentos e ocorridos de má gestão, causando assim, uma péssima imagem de suas organizações.

Infelizmente, com o decorrer do histórico e desenvolvimento das ONGs no Brasil, conseqüentemente, por volta da década de 90, surgem os casos de escândalos, corrupção, e gestão maliciosa (RIBEIRO, 2013)

Os casos de corrupção vieram à tona com o objetivo de beneficiar seus gestores e envolvidos, como políticos. Os casos mais comuns da época e que pode-se analisar aos dias de hoje é o desvio da captação das ONGs para obter seus próprios benefícios privados. Essa manobra teve como princípio inicial, o de desviar-se de determinadas normas e regras públicas como, por exemplo, a improbidade administrativa. (RIBEIRO, 2013)

De acordo com os casos de corrupção, em meados de 2000, começam a ser feitas denúncias de corrupção de gestão pública, onde aparecem casos que envolvem ONGs, inclusive CPIs. Apesar de não haver nenhuma punição para determinados corruptos envolvidos nesses casos, foi reforçado, com projetos de leis para um melhor controle de ONGs, porém encontram-se em processo de andamento no Congresso Nacional.(RIBEIRO, 2013)

Um exemplo real, são algumas estatísticas relacionadas à ONGs, e seus contratos de convênios, onde o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) descobriu uma recente fraude, onde encontra-se o envolvimento desses contratos de convênios onde segundo a Associação Agro ecológica TIJUPA (2013) revela que o mentor desse escândalo envolve um dos grandes ministros da atualidade, Manoel Dias.

Manoel Dias utiliza-se da manobra de utilizar ONGs, para servi-las de escudo, para que o mesmo não responda por atos fraudulentos, na qual as ONGs terão que responder por tais atos (ASSOCIAÇÃO AGRO ECOLÓGICA TIJUPÁ, 2013)

Alguns dados, apontam que

[...]Existem 291 mil ONGs no Brasil, segundo o estudo As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil), realizado pelo IBGE e o IPEA. Destas, 3%, ou 8,7 mil, têm contratos de algum tipo com o governo federal. Nesse universo, uma foi envolvida no atual escândalo. Mesmo assim, o MTE anuncia a suspensão de todos os

contratos, prejudgando e fazendo com que todas as ONGs – e, mais importante, as pessoas que elas atendem – paguem pelo crime de alguns.(Associação Agroecológica Tijupá, 2013)

Por esses, e outros casos após alguns escândalos ocorridos em 2011, o governo federal reformula e torna determinadas normas mais estreitas e rígidas de acordo com esses casos, reforçando ainda mais na prestação de contas das ONGs, função essencial das entidades do primeiro setor. (ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ, 2013)

Pelo fato de algumas regras de convênios não possuírem muitos esclarecimentos sobre tais atos e respectivos impedimentos, e os procedimentos de convênios serem alterados periodicamente há ainda mais dificuldade no processo de controle e filtração para o combate a corrupção no terceiro setor, além de causar insegurança jurídica para as ONGs de boa índole. De alguma forma, estudam-se algumas medidas para uma fiscalização mais eficaz, como, por exemplo, uma espécie de “ficha limpa” (ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPA, 2013)

Outro caso relacionado a corrupção das ONGs é a da ONG Labras, sede em Curitiba, no bairro Portão, que encontra-se como suspeita em captar mais de 2 milhões de reais, em forma de emendas parlamentares.(ESMAEL, 2011)

A ONG teve como as mentes criminosas do escândalo, Beto Rincha e Alfredo Kaefer, onde Rincha possuía um domínio de internet em sua responsabilidade e Kaefer era quem captava os recursos de emenda parlamentar, com o propósito de promover festas particulares (ESMAEL, 2011)

“Dono do jornal ‘O Paraná’, de Cascavel (PR), Kaefer é aliado de primeira hora de Beto Richa que, em 2010, pôs anúncios da prefeitura da capital no jornal do deputado tucano.”(Gazeta do povo, 2010, apud Esmael, 2011)

Outro caso de corrupção no meio das ONGs, é o da ONG Pra frente Brasil, na qual a protagonista dessa eventualidade é a vereadora Karina do basquete (PCdoB) em parceria com a prefeitura de Jaguariúna, na qual a prefeitura do Município repassava mensalmente verbas no valor de R\$ 24.672,50 reais, em forma de “taxas administrativas”, como forma de captação deste recurso (RIBEIRO, 2011)

Essas taxas administrativas são consideradas irregulares para o favorecimento municipal, segundo a equipe de auditoria da TCU (Tribunal de Contas

da União) essas taxas administrativas eram decorrentes de um determinado programa, intitulado Segundo Tempo (RIBEIRO, 2011)

A ONG também é suspeita de usar empresas de fachada para desviar dinheiro público e nos últimos seis anos recebeu R\$ 28 milhões de reais do Ministério do Esporte, sendo R\$ 12,9 milhões somente no ano passado. Foi a ONG que mais ganhou dinheiro do Ministério nos últimos anos.(RIBEIRO, 2011, p1)

Infelizmente, todos estes casos de corrupção nas ONGs, tornaram-se muito visíveis para a população, causando insegurança em todo o meio social, que tinham como uma rota alternativa, de auxiliar todas as camadas necessitadas, inviabilizando suas ações. (RIBEIRO, 2013)

2.8 SISTEMA TRIBUTÁRIO DE ONG

As ONGs possuem certas características exclusivas de gestão gerencial, por possuírem peculiaridades únicas, como no seu processo operacional e institucional, bem como também por possuírem excepcionalidades em sua tributação.

A imunidade tributária é um instrumento de utilização constitucional, classificadas em subjetivas e objetivas (Silva,ET AL Reis, 2008)

A imunidade subjetiva é aquela em que a pessoa jurídica beneficia-se da imunidade tributária, ou seja, não podem ser tributados pela União, Estados, e Municípios, pelo fato de não possuírem a atividade de exploração econômica. Por outro lado a imunidade objetiva, é aquela que traz a imunidade para a operação da entidade, como por exemplo a venda de livros, jornais, e periódicos porém, nestes casos, a caracterização da pessoa jurídica, não possui imunidade.(Silva, et al Reis, 2008)

O sistema tributário de uma ONG consiste única e exclusivamente de acordo com isenções tributárias. A isenção tributária, nada mais é que a dispensa legal do pagamento de determinado tributo, sendo considerado, o interesse social,de acordo com a economia regional, setorial, ou até mesmo nacional.(Silva, ET AL Reis, 2008)

Segundo os conceitos de Oliveira, 2010, a isenção tributária, é aquela em que a lei elimina da obrigatoriedade de tributação, já a imunidade tributária, trabalha

com uma determinada limitação de tributação, de acordo com as normas constitucionais. As entidades que trabalham com a imunidade tributária, são as que trabalham com a educação, e assistência social, as demais, por conseguinte, caracterizam-se, com a adoção do sistema de isenção tributária.

O artigo 180 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu inciso VI, alínea “c”, aduz, que:

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

VI – instituir impostos sobre:

[...]

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei” (SILVA ET AL, 2008, p.25)

As entidades que beneficiam-se da isenção tributária, tanto podem ser abertas ou fechadas com o intuito de atender determinado público alvo. Porém a validação da isenção será de acordo com o art. 15 da lei nº 9.532, de 10-12-97 em que:

- a) não remuneração, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; (SILVA et al, 2008, p.26)

E já no caso das ONGs que tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, não estarão sujeitas a tributação, já que o objetivo principal de uma ONG é tornar viável uma determinada prestação de serviços para a sociedade, e que está sendo utilizada para o meio coletivo e de interesse público, sendo assim, imune à tributações. (Silva, ET AL Reis, 2008)

Diante de certos benefícios, as ONGs devem respeitar as seguintes regras do CTN (Código Nacional Tributário)

Art. 14. Competência Tributária (Seção II – Disposições Especiais):I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou de participação no seu resultado;II – aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.(CRCRS, 2011, p.26)

Abaixo, demonstra-se uma lista dos tributos federais, estaduais e municipais, que possuem caráter de imunidade, para as ONGs, logo a seguir :

- Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza (IR);
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);
- Imposto Territorial Rural (ITR);
- Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* ou Doação de Bens e Direitos (ITCD);
- Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI);
- Imposto sobre Importação (II);
- Imposto sobre Exportação (IE). (CRCRS, 2011, p.26)

Para as empresas que fazem doações as ONGs, elas são contempladas com determinados incentivos fiscais. Esta é uma estratégia das empresas privadas para adquirir a redução, ou isenção total dos impostos, e também melhorando sua imagem no meio social, como resultado, adquirindo *marketing*, de forma diferenciada. Este é um direito baseado na Lei supracitada. (Silva, ET AL Reis, 2008)

Em síntese, é de suma importância, o conhecimento de quais os tributos e suas regras para uma ONG beneficiar-se de seus incentivos fiscais, contribuindo ainda mais no desenvolvimento das mesmas, alcançando, de forma mais efetiva, o seu papel de desenvolver o meio social.

2.9 CONTABILIDADE DE ONGS

A contabilidade é a ciência que trabalha com os recursos e ferramentas de contabilização. Quem se utiliza destas ferramentas contábeis são entidades públicas (primeiro setor) empresas (segundo setor) e também associações,

filantropias e ONGs (terceiro setor) para que possam desenvolver de forma sucessiva o alcance seus respectivos objetivos estipulados e,conseqüentemente, o crescimento gradativo de suas entidades, além de registrar suas operações.

Especificamente para as ONGs, a contabilidade é algo de suma importância para o desenvolvimento sustentável de suas atividades e de sua existência, pois é graças a ela que são emitidos relatórios e documentações contábeis, dos quais auxiliam em evidenciar as operações feitas pela organização de um determinado período, como resultado, influenciando na tomada de decisões em determinados casos. (OLIVEIRA, 2010)

Conforme Miranda ET AL, 2009, utiliza-se o conceito de terminologia contábil, para conceituar as estruturas, demonstrações e classificações de informações contábeis, de forma linear e organizada, bem como facilitar a visualização de informações geradas, perante seus usuários.

Sendo que, ao utilizar os seus recursos contábeis, as ONGs necessitam respeitar rigorosamente determinadas normativas que diz respeito a contabilização do terceiro setor , de acordo com as NBCs. (OLIVEIRA, 2010)

Dessa forma, a contabilidade está presente de forma relevante, inclusive para os setores sociais, para demonstrar transparência e eficácia de seus serviços, que justamente está disponível em prol da comunidade.

2.9.1 Demonstrações contábeis de ONGS

No setor contábil, tudo o que ocorre durante um determinado período em uma empresa, ou entidade, é necessário fazer os respectivos registros de suas ações executadas. E isto inclui as demonstrações contábeis, peça fundamental para o bom andamento da contabilidade de qualquer órgão.

As demonstrações contábeis são a evidenciação de registros contábeis que revelam determinada situação, de uma respectiva conta contábil em um respectivo período, e algumas de suas funções, são a de esclarecer, aos interessados, determinadas informações referente ao patrimônio da empresa, resultados, e ter conhecimento sobre seu *status* financeiro. (OLIVEIRA,2010)

Para as ONGs, determinadas contas contábeis e registros contábeis, possuem suas nomenclaturas distintas, pois são contas que representam

exclusividade, referente ao terceiro setor, onde enquadram-se as ONGs, de acordo com as NBC.(OLIVEIRA,2010)

Em relação às entidades sem fins lucrativos, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou em 2000, a NBC T 10.19, que cria normas específicas para as demonstrações contábeis dessas entidades. Além de normas específicas, a NBC T 10.19 submete essas entidades, naquilo que não for nela especificado, às mesmas diretrizes das seguintes normas: NBC T 3 (que define Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis); NBC T 6 (que trata da Divulgação das Demonstrações Contábeis); NBC T 10.4 (criada para as Fundações); e NBC T 10.18 (voltada para as Entidades Sindicais e Associações de Classe). Com a finalidade de atender aos profissionais contábeis que prestam serviços às organizações do Terceiro Setor, o CFC lançou, em 2003 (reeditado em 2007), o Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social, que detalha a aplicação dessas normas. O Quadro 1 resume as alterações estabelecidas pelo CFC para a apresentação das demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos, grupo no qual as ONGs estão incluídas(MIRANDA, ET AL, RODRIGUES, p.26, 2009)

Para ter um melhor entendimento sobre as demonstrações contábeis de ONGs, segue abaixo, tabela explicativa, evidenciando determinadas diferenças dos principais dados e informações contábeis:

Demonstração	Como era	Como ficou
Balanco Patrimonial	Conta "Capital"	Conta "Patrimônio Social"
	Conta "Lucros" ou "Prejuízos Acumulados"	Conta "Superávits" ou "Déficits Acumulados"
Demonstração de Resultado	Demonstração do Resultado	Demonstração do Superávit ou Demonstração de Resultado Déficit
	Termo "Resultado"	"Superávit ou Déficit"
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
	Termo "Lucro"	"Superávit"
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	Termo "Prejuízo"	"Déficit"
	Termo "Resultado"	"Superávit ou Déficit"

Quadro 1 – Alterações definidas pelo CFC para as Demonst. Contábeis das Entidades do Terceiro Setor
 Fonte: NBCT 10.19 do CFC (2004).

Desta forma, a contabilidade esta presente de forma relevante, inclusive para os setores sociais, para demonstrar transparência e eficácia de seus serviços, que justamente em prol da comunidade, bem como suas demonstrações contábeis, e suas particularidades, o que torna a contabilidade de terceiro setor, especificamente as ONGs, tema de grande interesse, referente a área contábil.

2.9.2 Método antigo para demonstrações contábeis

Todos os tipos de burocracias legislativas tiveram sua evolução cronológica para o bom funcionamento do processo legal. Isso inclui a contabilidade e os métodos e normativas contábeis para a aplicação correta das demonstrações contábeis, mais especificamente das ONGs.

Esse processo cronológico envolve toda a evolução necessária para a boa aplicação e execução das demonstrações contábeis necessárias para o terceiro setor. Onde o processo evolutivo e cronológico seriam as mudanças nas legislações, neste caso, seria as revogações das resoluções, em ordem cronológica e evolutiva: 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, respectivamente, pela atual resolução em vigência, que é a resolução 1409/12. (CRCSP, 2012)

Antigamente as demonstrações contábeis, do terceiro setor, encontravam-se de forma mais sintetizada, antigamente, não se possuía a segregação de receitas e despesas, com poucos detalhes de contabilização e sua natureza de operação. (CRCSP, 2012)

Outro ponto principal é o estreitamento das notas explicativas. Antigamente, assim como os demonstrativos de receitas e despesas, as notas explicativas eram elaboradas de forma sintética e pouco detalhadas. Depois da atualização da norma 1409/12 as notas explicativas tornaram-se mais requisitadas e exigidas para a boa elaboração das demonstrações contábeis, evidenciando passo-a-passo os procedimentos contábeis a serem analisados, principalmente enaltecendo o tipo de atividade operacional da entidade. (CRCSP, 2012)

Sem contar que, atualmente foram modificados, algumas nomenclaturas e expressões aplicadas as demonstrações do terceiro setor. Também nota-se que, antigamente era utilizada a demonstração “Origens e Aplicações de Recursos” substituída atualmente pela “Demonstração do fluxo de caixa” (CRCSP, 2012)

Isso demonstra que, com o passar dos tempos, as Entidades Sem Fins Lucrativos tiveram que adaptar periodicamente sua contabilidade, a respeito de órgãos governamentais, e melhor transparência das demonstrações e registros contábeis, para as respectivas prestações de contas.

2.9.3 Novas normativas para demonstrações contábeis

Mediante tais particularidades para a aplicação correta das demonstrações contábeis para as ONGs, verifica-se a necessidade de respeitar determinadas normativas de acordo com a legislação vigente, para assim, dar credibilidade a contabilidade executada neste segmento.

É justamente disto que a resolução CFC n 1409 exige para o terceiro setor, incluindo as ONGs.

De acordo com o CRCSP (2012) a resolução n 1409 trata-se das novas normativas para a contabilização formal dos procedimentos, reconhecimentos, e variações patrimoniais das estruturas de demonstrações contábeis, em notas explicativas, exclusivamente ao terceiro setor, respeitando os princípios contábeis.

As receitas e despesas devem respeitar o regime de competência, de acordo com os princípios contábeis (CRCSP, 2012)

Todo e qualquer tipo de doação, devem ser reconhecidas no seu respectivo resultado, de acordo com a NBC TG 07 (CRCSP, 2012)

As contas de receitas e despesas devem evidenciar se são com ou sem gratuidade, se houve déficit ou superávit no período, de forma classificatória e de acordo com a sua respectiva operação, como saúde, educação, e demais outras atividades recorrentes a este setor. (CRCSP, 2012)

Se por acaso, não houver determinadas informações para o reconhecimento do resultado, a contrapartida de subvenção, e contribuições para custeio e investimentos, assim como incentivos fiscais registrados no ativo, deve-se fazer em uma conta específica no passivo. (CRCSP, 2012)

As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. (CRCSP, p.1, 2012)

Os benefícios de origem gratuita devem ser reconhecidos de forma separada e com destaques, dos quais necessitam para a prestação de contas para órgãos governamentais. (CRCSP, 2012)

A entidade deve criar provisões, para uma possível perda futura, recorrente a créditos a receber, tomando como base seus futuros valores a receber, e dar baixa em valores que não foram possíveis de serem cobrados. (CRCSP, 2012)

Os resultados de déficit ou superávit, devem ser aplicados ao patrimônio social da entidade. O valor do superávit deve ser reconhecido em uma determinada conta do patrimônio líquido. (CRCSP, 2012)

Os valores de gratuidades, de prestações de serviços devem ser reconhecidos pelo valor praticado, de acordo com o mercado competitivo. (CRCSP, 2012)

Para os registros contábeis, necessita-se segregar, de forma minuciosa, para apuração das prestações de contas para os órgãos regulamentadores, governamentais, e usuários em geral. (CRCSP, 2012)

A primeira doação, originada do fundador, em forma de ativo monetário, ou não monetário, deve ser reconhecida como doação patrimonial e segregada na conta do patrimônio social. (CRCSP, 2012)

Qualquer tipo de trabalho voluntário, aplicado à entidade, deve-se reconhecer pelo valor de prestação, ou seja, sendo reconhecida como desembolso financeiro. (CRCSP, 2012)

De acordo com o CRCSP, 2012:

Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável." E sendo assim também: "Na adoção inicial desta Interpretação e da NBC TG 1000 ou das normas completas (IFRS completas), a entidade pode adotar os procedimentos do custo atribuído (*deemed cost*) de que trata a ITG 10.

No caso das entidades sem fins lucrativos, incluindo as ONGs, as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, e as Notas explicativas, de acordo com a NBC TG 26, e Seção 3 da NBC TG 1000, quando necessário. (CRCSP, 2012)

A conta Capital, localizada no Balanço Patrimonial, deve ser substituída por Patrimônio Social, que faz parte do Patrimônio Líquido, assim como em todas as demonstrações contábeis aplicadas ao terceiro setor, e os termos "lucro" e "

prejuízo” devem ser substituídos por “superávit” e “déficit” respectivamente. (CRCSP, 2012)

As informações de gratuidade e serviços voluntários concebidos devem destacar-se e divulgá-las em notas explicativas, por cada tipo de atividade realizada, nas Demonstrações do Resultado do Período. (CRCSP, 2012)

Todo e qualquer tipo de doação registrada nas demonstrações do fluxo de caixa, deve-se catalogar como atividade operacional. (CRCSP, 2012)

Para as contas de compensação, o CFCSP (2012) relata que: “Sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade pode controlar em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidência contábil.”

As demonstrações contábeis devem possuir notas explicativas, que ao menos tenham as informações necessárias abaixo:

- (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
- (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
- (c) a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse;
- (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- (e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
- (f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
- (g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
- (i) informações sobre os seguros contratados;
- (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
- (m) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
- (n) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
- (o) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados. Publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 2012.(CFCSP, p1, 2012)

Dessa forma, pode-se perceber a real importância das mudanças das normativas contábeis aplicadas ao terceiro setor, pois são as mesmas que refletem a real situação da entidade para terceiros, principalmente para aqueles que requerem a prestação de contas das ONGs.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, aborda-se a forma de que foi feita a pesquisa deste trabalho, e como é feito o procedimento da pesquisa de forma organizada.

De acordo com Luciano (2001) a pesquisa tem por finalidade de explicar certos acontecimentos e registros de determinadas coisas referente a forma que em que se processo seu desenvolvimento, suas mudanças e até a etapa final de suas orientações.

Será aplicado, o estudo de caso, de uma ONG regional, onde será feito buscas de informações, registros, documentações e principalmente demonstrações contábeis, relacionados a este caso específico.

Segue abaixo, cronograma dos avanços da pesquisa elaborada:

ATIVIDADES	2013			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Elaboração do Projeto	X	X		
Revisão da Bibliografia		X	X	X
Redação final do projeto		X		
Elaboração do TCC			X	X
Análise dos Dados			X	X
Redação Final do TCC				X
Envio do TCC a banca examinadora de Conclusão de Curso				X

Quadro 2 – Cronograma da pesquisa
Fonte: Elaborado pelo autor.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Sua tipologia objetiva abordada, é descritiva, pois a mesma tem a função de descrever de forma clara, o conteúdo a ser explanado.

A tipologia que trata a forma de procedimentos nesta pesquisa é considerada pesquisa bibliográfica, pois serão absorvidos, dados e registros de artigos, livros, monografia, meios virtuais (internet) e determinadas leis que, fazem parte da pesquisa, mesmo sendo de forma indireta.

Além do mais, trata-se de uma pesquisa documental, pois visa a procura deste tipo de informação, de forma de registros contábeis, e para outros tipos, a fim

de pesquisar a forma que é feito determinados registros contábeis de uma área pouco explorada e conhecida pelo povo.

O problema desta pesquisa é explanado de forma qualitativa, pois é feito de forma a analisar a complexidade do assunto abordado e, dentre eles, diversas variáveis, para classificar diversas estruturas da pesquisa.

E de acordo com a metodologia da pesquisa acima descrita, pretende-se conhecer de forma ampla, e geral, sobre os aspectos das ONGs, de forma conceituada.

3.2 COLETA DE DADOS

No processo de coleta de dados, utiliza-se da forma de documentação *online*, bem como as tabelas, itens necessários para o processo de elaboração do exemplo prático a ser estudado, dos quais são artigos, livros eletrônicos (*Ebooks*) e matérias publicadas em revistas *online*.

4 EXEMPLO PRÁTICO

Tomar-se-á como um exemplo prático, baseado nas teorias acima visualizadas, uma comparação de determinados demonstrativos contábeis de uma entidade de ensino.

Neste capítulo, analisar-se-á determinadas demonstrações contábeis aplicadas ao terceiro setor, para um melhor e mais prático entendimento

Esse procedimento realizar-se-á de acordo com a nova resolução 1409/12 que será analisada de forma comparativa com métodos anteriores, para avaliarmos as novas reformulações feitas pela alteração da resolução 1409/12.

Sendo assim, far-se-á uma comparação das demonstrações contábeis registradas por essa entidade, e se as mesmas respeitam as exigências da resolução 1409/12.

4.1 Ativo

O ativo da São Longuinho encontra-se contabilizado por um seguinte método. Com a regulamentação da resolução 1409/12 realiza-se um comparativo de sua elaboração, com as novas normas exigidas para a sua escrituração correta, para avaliarmos as variações de conteúdo, e como deve ser contabilizado de forma correta.

São Longuinho	Resolução 1409/12
ATIVO	ATIVO
CIRCULANTE	Circulante
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa	Caixa
BANCOS	Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição
Bancos Conta Movimento	Banco C/Movimento – Recursos com Restrição
Bancos Conta Movimento indisponível	Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição
Contas a Receber	Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição
Adto a Funcionários	Créditos a Receber
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	Mensalidades de Terceiros
Juros s/ Parcelas a Apropriar	Atendimentos Realizados
Multas s/ Parcelas a Apropriar	Adiantamentos a Empregados
NÃO – CIRCULANTE	Adiantamentos a Fornecedores
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	Recursos de Parcerias em Projetos

Aplicações financeiras	Tributos a Recuperar
aplicações financeiras indisponíveis	Despesas Antecipadas
Juros e Multas s/ Parcelas a Apropriar a L.P	Estoques
IMOBILIZADO	Produtos Próprios para Venda
Terrenos	Produtos Doados para Venda
Prédios	Almoxarifado / Material de Expediente
Máquinas e Equipamentos	
Computadores	Não Circulante
Móveis e Utensílios	Realizável a Longo Prazo
(-) Depreciações Acumuladas	Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição
TOTAL DO ATIVO	Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição
	Valores a Receber
	Investimentos
	Investimentos Permanentes
	Imobilizado
	Bens sem Restrição
	Bens com Restrição
	(-) Depreciação Acumulada
	Intangível
	Direitos de Uso de Softwares
	Direitos de Autor e de Marcas
	(-) Amortização Acumulada

Quadro 3 – Ativo

Fonte: Elaborado pelo autor

Como pode-se observar, o ativo está em desacordo com as novas normas da resolução 1409/12. Pode-se observar que, as contas de Bancos Conta e Movimento estão escriturados de forma incorreta. De acordo com a resolução 1409/12, elas devem evidenciar se são contas “Com Restrição” ou “Sem Restrição”. O mesmo acontece com as contas de aplicações financeiras que deveriam estar segregadas em “Com Restrição” e “Sem Restrição”.

O cálculo de Contas a Receber deveria estar evidenciando a natureza desse recebimento de captação, neste caso um colégio, e uma associação, deveriam estar segregadas em contas sintéticas, “Escola” e “Sede” para analisar de forma segregada, seus recebimentos distintos e analisar o resultado final de cada uma dessas contas. Essas contas sintéticas deveriam estar enquadradas na conta sintética “Créditos a Receber”, pois a mesma se encontra na conta sintética “Bancos”. A mesma observação serve para a conta de “Adiantamento a Funcionários”, a qual deveria estar na conta “Créditos a Receber”.

Observa-se que não foi contabilizado a conta de “Provisão Para Devedores Duvidosos” (PDD), na qual deve estar evidenciado na conta sintética

“Créditos a Receber” como natureza de crédito, pois a mesma é uma conta redutora do ativo. Ademais, esta rubrica tem como objetivo demonstrar o valor recebível líquido de inadimplências próprias da atividade. Por isso, deve, em respeito ao princípio contábil da prudência, ser reconhecido em suas demonstrações contábeis.

A conta sintética “Outros Ativos Circulantes” não existe, de acordo com a resolução do CFC 1409/12. Suas contas analíticas “Juros e Multas s/ Parcelas a Apropriar” e “Parcelamento de INSS” devem ser enquadradas na conta sintética “Créditos a Receber”.

Esses são os principais pontos a serem observados, para adequar de forma correta as demonstrações contábeis das contas de “Ativo” de acordo com a resolução do CFC 1409/12.

4.2 Passivo e Patrimônio Líquido:

Assim como o Ativo, realizar-se-á uma abordagem das contas do Passivo e do Patrimônio Líquido (PL), para assim, se necessário, corrigir sua estruturação de acordo com a resolução 1409/12, resolução vigente, e que também é exigido para sua prestação de contas.

São Lourenço	Resolução 1409/12
CIRCULANTE	PASSIVO
Recursos e projetos de convênio	Circulante
Obrigações Trabalhistas	Fornecedores de bens e serviços
Obrigações Fiscais e Sociais a Receber	Obrigações com Empregados
Outras Obrigações a Pagar	Obrigações Tributárias
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos a Pagar
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	Recursos de Projetos em Execução
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Recursos de Convênios em Execução
Patrimônio Social	Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar
Déficit do Período	Não Circulante
Superávit do Período	Empréstimos e Financiamentos a Pagar
TOTAL DO PASSIVO	Recursos de Projetos em Execução
	Recursos de Convênios em Execução
	Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar
	Patrimônio Líquido
	Patrimônio Social
	Outras Reservas

	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Superávit ou Déficit Acumulado

Quadro 4 – Passivo e Patrimônio Líquido

Fonte: Elaborado pelo autor

Assim como o Ativo, o Passivo e PL também estão em desacordo com a resolução do CFC 1409/12. Os Recursos e Projetos de Convênio devem evidenciar sua situação de transação, evidenciando a sua condição da seguinte maneira: “Recursos e Projetos de Convênio Em Execução”.

A conta de “Financiamentos” encontra-se juntamente com a conta de Empréstimos, sendo que essa conta deve ser contabilizada no Passivo Não Circulante como financiamentos a longo prazo, dependendo do prazo de pagamento da dívida.

O PL deve evidenciar os resultados de “Déficit ou superávit acumulados”, que não foram contabilizados nesta situação. No PL nota-se a falta da contabilização de ajustes de avaliação patrimonial, da qual é importante para saber a real valorização de sua estrutura patrimonial.

Esses são os principais pontos a serem observados, para adequar de forma correta as demonstrações contábeis das contas de “Passivo e PL” de acordo com a resolução do CFC 1409/12.

4.3 Demonstração do resultado do Exercício

Uma das mais importantes demonstrações contábeis é a Demonstração do Resultado, demonstração na qual é responsável pela evidenciação das receitas e despesas da atividade de determinada entidade. Neste caso, visualizar-se-á o DRE da São Longuinho, e o modelo da resolução 1409/12, e suas respectivas mudanças.

São Longuinho	Resolução 1409/12
1 - Receita Bruta Prestação Serviço	RECEITAS OPERACIONAIS
(+) Encargos Educacionais Educação Básica	Com Restrição
(+) Juros e Multas s/ Encargos Educacionais	Programa (Atividades) de Educação
(+) Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio	Programa (Atividades) de Saúde
(+) Descontos Obtidos	Programa (Atividades) de Assistência Social
(+) Rendimento s/ Aplicações Financeiras	Programa (Atividades) de Direitos Humanos
(+) Outros Serviços Educacionais (taxas e outros)	Programa (Atividades) de Meio Ambiente
(+) Ressarcimento de Despesas	Outros Programas (Atividades)

1.1 (-) Deduções:	Gratuidades
(-) Devoluções	Trabalho Voluntário
(-) Bolsas Parciais-50%	Rendimentos Financeiros
(-) Bolsas Integrais-100%	Sem Restrição
1.2 Receita Líquida de Prestação Serviço	Receitas de Serviços Prestados
1.3 (=) Superávit/Déficit Bruto Serviço	Contribuições e Doações Voluntárias
1.4 (-) Despesas Operacionais	Ganhos na Venda de Bens
1.4.1 (-) Despesas Administrativa e Operacional:	Rendimentos Financeiros
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos	Outros Recursos Recebidos
(-) Desconto Filhos de Funcionários	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS
(-) Serviços de Terceiros	Com Programas (Atividades)
(-) Manutenção	Educação
(-) Provisões Trabalhistas	Saúde
(-) Depreciação/Amortização	Assistência Social
(-) Provisão crédito liquidação duvidosa	Direitos Humanos
(-) Gerais	Meio Ambiente
(-) Despesas Financeiras	Gratuidades Concedidas
(-) Doações Pessoa Física e Jurídica	Trabalho Voluntário
(-) Desconto Concedidos	RESULTADO BRUTO
(-) Materiais de uso e consumo	DESPESAS OPERACIONAIS
(-) Despesas Tributárias	Administrativas
(-) Outras despesas	Salários
1.5 (=) Superávit/Déficit Operacional Educacional	Encargos Sociais
2 - (=) Superávit/Déficit do Exercício	Impostos e Taxas
	Aluguéis
	Serviços Gerais
	Manutenção
	Depreciação e Amortização
	Perdas Diversas
	Outras despesas/receitas operacionais
	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)
	SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO

Quadro 5 – Demonstração do Resultado do Exercício

Fonte: Elaborado pelo autor

No DRE, pode-se identificar a ausência da segregação das informações de receitas operacionais, que deveriam ser separadas em “Com restrição” e “Sem restrição”, para enaltecer ainda mais os resultados separados da escola e da sede.

Na resolução 1409/12, as bolsas parciais e integrais disponibilizadas para alunos necessitados, está enquadrada como deduções da receita operacional, porém a correta contabilização deveria ser a de incluir as despesas de bolsas parciais e integrais como custos e despesas operacionais, pois todo o custo

referente as atividades da Entidade deve ser enquadrado como custo e despesa operacional.

Despesas operacionais e administrativas devem ser elaboradas de forma segregada, para a correta elaboração contábil dos demonstrativos, neste caso elas encontram-se mesclados em seus demonstrativos.

4.4 Notas Explicativas

Determinadas contas contábeis, de acordo com sua escrituração, necessitam de algo como referência para enaltecer seus resultados e suas origens. E Justamente isso que as Notas Explicativas desempenham para um melhor entendimento de determinadas contas contábeis.

Mesmo assim, elas devem seguir determinadas normativas, assim como o Balanço Patrimonial, e a Demonstração do Resultado do Exercício, elas devem obedecer as normas da resolução 1409/12.

São Longuinho	Obedece a Resolução 1409/12
NOTA 01 - Contexto Operacional	Sim
Nota 02 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Não
Nota 03 – Formalidade da Escrituração contábil	Sim
Nota 04 – Formalidade da Escritura Contábil	Sim
Nota 05 – Principais Práticas Contábeis Adotadas	Não
Nota 06 – Outros Ativos Circulantes	Não
Nota 07 – Ativo não circulante (Imobilizado e Intangível)	Sim

Quadro 6 – Quadro de comparação São Longuinho x Resolução 1409/12
Fonte: Elaborado pelo autor

Acima, estão descritas as notas explicativas referentes a São Longuinho, e a ausência de determinadas Notas Explicativas obrigatórias para o devido

entendimento sobre os critérios utilizados para a confecção das demonstrações apresentadas pela entidade.

As demonstrações contábeis foram baseadas de acordo com a resolução n.º 1.329/11. Esta resolução enquadra contabilidade de empresas de pequeno e médio porte, e que as demonstrações contábeis de Entidades Sem Fins Lucrativos, que é neste caso, tem como base a resolução 1409/12 a ser respeitada. Essa observação serve também para a nota explicativa nº 5 da qual refere as principais práticas contábeis a serem adotadas de acordo com a resolução 1.329/11, mas deveria respeitar a resolução 1409/12, específica as Entidade Sem Fins Lucrativos.

No item 5 a) das notas explicativas, relata que os recursos de contas a receber devem ser considerados disponíveis dentro do prazo de 120 dias, sendo que a maneira correta da contabilização é a de 90 dias.

Sobre a PDD (previsão de devedores duvidosos) encontrada no item 5 c) relata, que a provisão não foi constituída, mas na maneira correta de contabilizá-la, é enquadrá-la na conta sintética créditos a receber, conta analítica de natureza redutora.

A Nota Explicativa nº 6 relata que, as contas de adiantamentos, depósitos judiciais, empréstimos, e outros valores a recuperar devem ser contabilizadas numa conta sintética nomeada “Outros Ativos Circulantes” mas de acordo com a resolução 1409/12 resolução vigente atual, essas contas citadas acima, devem ser contabilizadas na conta sintética “Créditos a Receber”.

Houve a falta de determinadas Notas Explicativas obrigatórias a serem escrituradas, tais como: Informar as informações sobre a contratação de seguros, a escrituração das condições de isenções e imunidades tributárias, a evidenciação da adequação da receita com a despesa pessoal, de acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da educação e sua regulamentação, o reconhecimento de suas obrigações a cumprir (Pagar) e com as instituições financeiras, além de não possuir detalhadamente a escrituração de Nota Explicativa de obrigações trabalhistas.

Desta forma, observa-se a importância da utilização correta e formal das demonstrações contábeis e seus procedimentos, até mesmo para não gerar problemas futuros para com a ONG, mediante a isso, esse exemplo simula uma prática real de demonstrações de ONGs, e sua situação atual, para as pessoas de interesse, e até mesmo para futuros investidores, que se interessem auxiliar uma ONG.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ONGs são Entidades que realizam um papel muito importante, já que as mesmas tem como objetivo, de auxiliar e suprir as camadas mais necessitadas, pois esse ramo de atividade abrange inúmeras áreas de auxílio social, como saúde, segurança, educação, dentre outros ramos dos quais, realmente possam influenciar positivamente as condições de vida dessa minorias necessitadas.

Estas entidades, possuem algumas exclusividades, como o método de gerir suas operações e a forma de captação de recursos. Este ramo apresenta um método diferenciado para sustentar suas necessidades de acordo com o tempo, pois sua política institucional, não auferir o lucro com suas operações. Seu objetivo real é o de auxiliar as camadas sociais, sem auferir lucros. Mesmo assim, ocasionalmente, pode-se atingir um determinado lucro, ou nesta situação o superávit. E quando isto ocorre, esse resultado deve ser reaplicado para as próximas eventualidades operacionais das ONGs.

Apresentou-se também, todo o histórico e a cadeia evolutiva das ONGs, bem como sua vinda ao Brasil, e sua importância com o decorrer dos tempos, assim como a evolução de suas contabilizações.

Alguns relatos verídicos relacionados as ONGs, foram explanados neste trabalho. Como o caso de corrupção das quais envolvem ONGs, pois as mesmas possuem certos benefícios fiscais, e tributários, além de servir como um escudo para os principais responsáveis destes atos de corrupção. Infelizmente este tipo de ação maldosa, compromete a situação e reputação das ONGs, bem como alerta toda a sociedade, causando revolta, principalmente com os envolvidos com ONGs no caso de investidores e parceiros de projetos.

Como enfoque principal deste trabalho, pesquisou-se as formas de demonstrações contábeis, aplicadas as ONGs, mais especificamente sua forma de estruturação e desenvolvimento de demonstrativos contábeis, como o Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, e as Notas explicativas. Cada um deles apresentou algumas diferenças, comparada as entidades de primeiro e segundo setor. Estas estruturações demonstraram como é importante a execução correta das mesmas, pois caso contrário, as ONGs eventualmente possam ter algumas complicações para o desempenho de seu papel, pois comprometem a sua idoneidade e transparência, tanto para os órgãos competentes que, de certa forma

exigem suas devidas prestações de contas, atuais e futuros investidores, pois os mesmos são importantes para disponibilizar os recursos requeridos para sua operação. Por isso necessita-se de um profissional capacitado para realizar este tipo de trabalho.

Para uma melhor compreensão destes exclusividades, realizou-se um estudo de caso de uma ONG real, porém com seus dados alterados, pois infelizmente não foi possível a autorização da liberação de determinados dados desta ONG, contudo suas demonstrações contábeis são verídicas, bem como sua forma de estruturação.

A entidade possui algumas incoerências de acordo com as novas normas contábeis, especificamente com a resolução 1409/12, responsável pela adequação correta de suas demonstrações, todavia foi elaborado uma espécie de auditoria para avaliar alguns registros, se estavam ou não dentro das normas. Os registros incorretos tiveram sua atualização de acordo com a resolução 1409/12 evidenciando assim, a importância da correta contabilização das demonstrações contábeis, assim como a importância de um profissional capacitado para este tipo de trabalho.

Como conclusão, as demonstrações contábeis aplicadas ao terceiro obtém suas particularidades, de forma que, mereça o reconhecimento de interessados, bem como, a forma de evidenciar suas informações, traz como resultado a transparência e organização adequada para o terceiro setor, bem como possui importância, tanto de forma direta, quanto indireta.

ANEXOS

I. BALANÇO PATRIMONIAL

	20x1	20x0
ATIVO		
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa		
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição		
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição		
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição		
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição		
Créditos a Receber		
Mensalidades de Terceiros		
Atendimentos Realizados		
Adiantamentos a Empregados		
Adiantamentos a Fornecedores		
Recursos de Parcerias em Projetos		
Tributos a Recuperar		
Despesas Antecipadas		
Estoques		
Produtos Próprios para Venda		
Produtos Doados para Venda		
Almoxarifado / Material de Expediente		
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição		
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição		
Valores a Receber		
Investimentos		
Investimentos Permanentes		
Imobilizado		
Bens sem Restrição		
Bens com Restrição		
(-) Depreciação Acumulada		
Intangível		

Direitos de Uso de Softwares		
Direitos de Autor e de Marcas		
(-) Amortização Acumulada		

Quadro 3 – Ativo

Fonte: CRCSP(2012).

	20x1	20x0
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores de bens e serviços		
Obrigações com Empregados		
Obrigações Tributárias		
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		
Recursos de Projetos em Execução		
Recursos de Convênios em Execução		
Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar		
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		
Recursos de Projetos em Execução		
Recursos de Convênios em Execução		
Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar		
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social		
Outras Reservas		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Superávit ou Déficit Acumulado		

Quadro 4 – Passivo e Patrimônio Líquido

Fonte: CRCSP(2012).

II. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	20x1	20x0
RECEITAS OPERACIONAIS		
Com Restrição		
Programa (Atividades) de Educação		
Programa (Atividades) de Saúde		
Programa (Atividades) de Assistência Social		

Programa (Atividades) de Direitos Humanos		
Programa (Atividades) de Meio Ambiente		
Outros Programas (Atividades)		
Gratuidades		
Trabalho Voluntário		
Rendimentos Financeiros		
Sem Restrição		
Receitas de Serviços Prestados		
Contribuições e Doações Voluntárias		
Ganhos na Venda de Bens		
Rendimentos Financeiros		
Outros Recursos Recebidos		
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Com Programas (Atividades)		
Educação		
Saúde		
Assistência Social		
Direitos Humanos		
Meio Ambiente		
Gratuidades Concedidas		
Trabalho Voluntário		
RESULTADO BRUTO		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas		
Salários		
Encargos Sociais		
Impostos e Taxas		
Aluguéis		
Serviços Gerais		
Manutenção		
Depreciação e Amortização		
Perdas Diversas		
Outras despesas/receitas operacionais		
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)		
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		

Quadro 5 – Demonstração do Resultado do Exercício

Fonte: CRCSP(2012).

Observações:

1. As despesas administrativas se referem àquelas indiretas ao programa (atividades);
2. As gratuidades e o trabalho voluntário devem ser demonstrados por programa (atividades) em Nota Explicativa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ANO DE 2011,
DA FUNDAÇÃO LONGUINHO

NOTA 01 - Contexto Operacional

A Fundação São Longuinho, mantenedora da Escola ZZZZZZ, é uma fundação de fins não econômicos, com sede e foro na Rua 32 de Fevereiro, 000, Bairro Centro, em Criciúma/RS, no Estado de Santa Catarina fundada em 10 de Dezembro de 1949, que tem por finalidade, os seguintes objetivos: I) criar e manter instituições de Ensino e Cultura; II) possibilitar o ensino a alunos necessitados na medida que seus recursos permitirem.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com a Resolução do CFC n.º1.329/11 onde alterou a sigla e a numeração desta Norma de NBC T 19.41 para NBC TG 1000, na qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de pequenas e médias empresas.

Nota 03 – Formalidade da Escrituração contábil

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

Nota 04 – Formalidade da Escritura Contábil

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

Nota 05 – Principais Práticas Contábeis Adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com a Resolução do CFC n.º 1.329/11 onde alterou a sigla e a numeração desta Norma de NBC T 19.41 para NBC TG 1000– Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, na qual tem por objetivo oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado) e fluxos de caixa da entidade, permitindo assim para este exercício de implementação da nova norma contábil, a não elaboração e divulgação dos ajustes retrospectivos requeridos pela NBC TG 1000. Assim, a administração da instituição não pode declarar e não declara, de forma explícita e sem reservas, a conformidade com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.125/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.185/09 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 120 (cento e vinte) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Ativos circulantes e não circulantes. – Contas a receber de mensalidades - As contas a receber de mensalidades são registradas pelo valor faturado.

c) Provisão p/ Devedores Duvidosos (PDD): Esta provisão não foi constituída.

d) Imobilizado – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 07. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

e) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

f) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

g) As Despesas e as Receitas: No ano de 2012 estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

h) Apuração do Resultado: O resultado é apurado observando-se o regime de competência em 2012. A receita refere-se às receitas educacionais representadas pelas anuidades escolares (mensalidades), matrículas e demais valores recebidos, contribuições e receitas da Sede, pelas doações que lhe foram feitas por pessoas

físicas e jurídicas. As despesas são registradas pelo regime de competência com base na documentação comprobatória, como notas fiscais e recibos, fornecida pelos responsáveis pela entidade, constituída pelo custeio e manutenção da unidade educacional, pelo gasto de administração e outros eventuais, bem como de conservação, melhoria e ampliação do patrimônio. A instituição mantém escrituração contábil regular, onde registra as receitas, despesas e a aplicação de recursos em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, nos termos do art. 40, IV, do Dec. 7.237/10 e da Lei 12.101/09.

i) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos estão sujeitos a essas estimativas incluindo o valor residual do Ativo imobilizado e provisão devedores duvidosos. A liquidação das transações envolvendo tais premissas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

Nota 06 – Outros Ativos Circulantes

Este grupo é composto pelos adiantamentos, empréstimos, depósito judicial e outros valores a recuperar, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal.

Nota 07 – Ativo não circulante (Imobilizado e Intangível)

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.

Acesso em: 09 nov. 2013.

_____. Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro De 1966. **Código Tributário Nacional**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm>.

Acesso em: 09 nov. 2013.

_____. Lei Nº 9.532, de 10 de Dezembro De 1997. **Altera a legislação tributária federal e dá outras providências**. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9532.htm>. Acesso em: 09 nov. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Sustentabilidade: aids e sociedade civil em debate**. Brasília:

Ministério da Saúde, 2004. Disponível em:

[http://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1GMSM0H5M-1V2SYXN-](http://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1GMSM0H5M-1V2SYXN-GTM/sustentabilidade.pdf)

[GTM/sustentabilidade.pdf](http://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1GMSM0H5M-1V2SYXN-GTM/sustentabilidade.pdf) Acesso em: 13 abr. 2013

BRIGO, Jocenara. **Plano de Marketing para captação de recursos em uma organização sem fins lucrativos**. Departamento de Ciências Administrativas, UFRGS, 2006. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24397/000592352.pdf?sequence=1>

Acesso em: 13 abr. 2013

LUCIANO, Fábila Liliã. **Metodologia científica e da pesquisa**. Criciúma: Ed. Do autor, 2001.

BUARQUE, Cristina ; VAINSENER, Semira Adler . **ONGs no Brasil e a questão de gênero**. Disponível em:

<http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/ONGs%20no%20Brasil%20e%20a%20quest%C3%A3o%20de%20g%C3%A3o.pdf>.

cesso em: 24 mar. 2013.

Buenos Aires: CLACSO, 2007, v. , p. 171-194 Disponível em :

http://www.isabelcarvalho.blog.br/pub/capitulos/ong_clacso.pdf Acesso em: 24 mar.2013

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. **A transformação organizacional das ONGs no Brasil**: um processo de isomorfismo com as ONGs do norte . Disponível em

:http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2000/ENEO34.pdf Acesso em 01 maio 2013.

CKAGNAZAROFF , Ivan Beck ; SOUZA, Maria Tereza Costa Guimarães. **Relação entre ONG e o Estado**: Um estudo de parceria. Disponível em:

<http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/126/120> Acesso em : 13 abr. 2013

COUTINHO, Joana A. **As ONGs e as políticas neoliberais. 2006.** Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=19&id=203>
Acesso em: 13 abr.2013

CRCSP ;**Resolução CFC N ° 1409/12.** 2012. Disponível em http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1409.htm.
Acesso em 14 outubro 2013.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes .**As ONGs e o Espaço Público no Brasil.** Disponível em :<http://www.documentacion.edex.es/docs/1201PONaso.pdf>. Acesso em : 13 abr. 2013

http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=S1Vr3scF8W0C&oi=fnd&pg=PA7&dq=capta%C3%A7%C3%A3o+de+recursos+de++ONGS&ots=irw3dZuMuL&sig=VxxMOM6__TcHe71RNagBM37k1ok#v=onepage&q&f=falseAcesso em: 24 mar.2013

http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v12n2art5_ult.pdf. Acesso em 01 maio 2013.

identitários. In: Grimson, Alejandro. (Org.). Cultura e neoliberalismo.

JUNIOR, Luiz Sampaio Athayde Junior; **As Entidades Sem Fins Lucrativos e as Normas Internacionais de Contabilidade.** 2013. Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/entidades-sem-fins-lucrativos-e-as-normas-internacionais-de-contabilidade.htm>. Acesso em 11 outubro 2013.

LIMA, Marcilene Barros. **ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs):** um estudo sobre a transparência na elaboração da prestação de contas e dos relatórios financeiros emitidos nas organizações não governamentais do DF. Departamento de Administração ,Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade,Universidade de Brasília. Brasília, 2011. Disponível em:<http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3136/1/Marcilene%20Barros%20Lima.pdf>
Acesso em: 01 maio 2013

MALIK, Ana Maria .**Cidades saudáveis estratégia em aberto .** 1997. Disponível em :<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v6n2/04.pdf>Acesso em: 24 mar. 2013

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Ministério Público:** Realidades e desafios. Caderno de teses. VII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais. Tiradentes, 2007. Disponível em :<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32419-39141-1-B.pdf#page=123>.
Acesso em: 13 abr. 2013

MIRANDA, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Irani Maria da Silva; FEITOSA, Amanda Batista; RODRIGUES, Raimundo Nonato; **Prestação de Contas das Organizações Não Governamentais Brasileiras: Uma Investigação Sobre Terminologia Contábil.** p 23-37. 2009. Disponível em: http://proxy.furb.br/ojs_teste/index.php/universocontabil/article/view/1077/790.
Acesso em 10 agosto 2013-11-07

MORAIS, Esmael; **ONG envolvida em escândalo no Ministério do Turismo administrava site de Beto Rincha.** 2011. Disponível em:

<http://www.esmaelmorais.com.br/2011/08/diretor-da-ong-envolvida-em-escandalos-no-ministerio-do-turismo-administrava-site-de-beto-richa/>. Acesso em 16 set. 2013.

NOGUEIRA, Maria Silvia Gomes. **Tecendo Fios entre o discurso e a prática: o significado de ONG para seus profissionais**. São Paulo, 2005. Disponível em :http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/25/TDE-2005-10-11T15:27:16Z-1460/Publico/MariaSilviaGomesNogueira.pdfAcesso em : 13 abr. 2013

RIBEIRO, Mauren; **Vereadora Karina envolvida em escândalo das ONGs**. 2011. Disponível em <http://tribunadejaguariuna.wordpress.com/2011/10/22/vereadora-karina-envolvida-em-escandalo-das-ongs/>. Acesso em 03 set. 2013.

RIBEIRO, Vera Maria Rasagão; **A Luta Por um Marco Regulatório Para as Organizações da Sociedade Civil**. 2013. Disponível em: <http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/082-A-LUTA-POR-UM-MARCO-REGULAT%C3%93RIO-PARA-AS-ORGANIZA%C3%87%C3%95ES-DA-SOCIEDADE-CIVIL.pdf>. Acesso em 07 agosto 2013.

SERVA, Marcelo. **O Estado e as ONGs: uma parceria complexa**. 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7810/6433>. Acesso em 01 maio 2013.

SILVA , Arthur et. al. **Plano de negócios de uma ONG para capacitação de portadores de necessidades especiais para o mercado de trabalho na região de Belo Horizonte**. Ciências Contábeis, Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH. Belo Horizonte, 2008. Disponível em : http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:S_qwZmR8qycJ:sinescontabil.com.br/4TRABALHOINTERDISCIPLINARFINAL2periodoong.doc+PLANO+DE+NEG%C3%93CIOS+DE+UMA+ONG+PARA+CAPACITA%C3%87%C3%83O+DE+PORTADORES+DE+NECESSIDADES+ESPECIAIS+PARA+O+MERCADO+DE+TRABALHO+NA+REGI%C3%83O+DE+BELO+HORIZONTE&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em: 01 maio 2013

SILVA, Gustavo Madeiro da; SILVA, Sueli Goulart. **Relação entre Fontes de Financiamento e Nível de Burocratização nas ONGs de Alagoas**. 2002. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2002/ENEO62.pdf Acesso em: 13 abr. 2013

SILVEIRA, Ricardo Vanzin. **Constituição jurídica das organizações Não-governamentais . 2006. Disponível em** :http://www.univates.br/files/files/univates/graduacao/direito/CONSTITUICAO_JURIDICA_DAS_ORGANIZACOES.pdfAcesso em 01 maio 2013.

STEIL , Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel C. M. **ONGs no Brasil: Elementos para uma narrativa política**. 2001. Disponível em: http://www.isabelcarvalho.blog.br/pub/artigos/ongs_brasil.pdf. Acesso em: 24 mar. 2013.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. 9 Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Disponível em:

TIJUPÁ, Associação Agroecológica; **Análise: ao suspender contratos, TEM prejuízo e penaliza conjunto das ONGs.** 2013. Disponível em: <http://www.aatijupa.org/2013/09/analise-ao-suspender-contratos-mte.html>. Acesso em 20 set. 2013.

TUDE, João; RODRIGUES, Grace Kelly Marques. **Organizações Não Governamentais: Uma Discussão sobre suas Peculiaridades organizacionais.** 2007. Disponível em: <http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/076.pdf>

VERGARA, Sylvia Constant; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **A representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro.** 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6582/5166>. Acesso em 01 maio 2013.

VIDAL, Francisco Antonio Barbosa; MENEZES, Maria Isolda Castelo Branco Bezerra de . **Gestão de Ongs e Desenvolvimento Social: Paradoxos E Desafios Da Administração No Terceiro Setor.** Revista Alcance ,UNIVALI . Vol. 11-nº 3. p. 403 - 421 . Set. / Dez. 2004 .Disponível em: <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/1818> Acesso em: 13 abr. 2013

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. **A função controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho.** Tese de doutorado, 2004.

SERVA, Maurício. **O estado e as ONGs: Uma parceria complexa.** p 43, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7810/6433> Acessado em: 23 abr. 2013

MARQUES, Daniel Siqueira Pitta; MERLO, Edgard Monforte; NAGANO, Marcelo Seido. **A Questão da Avaliação da Legitimidade de ONGS.** p 68, 2005. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v12n2art5_ult.pdf Acessado em: 3 maio 2013.

FREITAS, Karen Bruck de. **Sustentabilidade: AIDS e sociedade civil em debate.** p 76-80, 2004. Disponível em: <http://curso.ihmc.us/rid=1GMSM0H5M-1V2SYXN-GTM/sustentabilidade.pdf#page=76> Acessado em: 18 maio 2013.

CRUZ, Célia Meirelles; ESTRAVIZ Marcelo. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos.** p 158, 2000. São Paulo: Global.

REZENDE, Denis Alcides; PROCOPIUCK, Mario; MACHADO, Evanio Tavares; BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. **O Plano Plurianual Municipal no sistema de planejamento orçamentário brasileiro.** 2007. Disponível em: <http://www.pucpr.br/arquivosUpload/5386881511350419854.pdf> Acesso em 18 maio 2013.

OLAK, Paulo Arnaldo; DO NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor): inclui capítulos sobre contabilidade por fundos**. Atlas, 2010.

ATHAYDE JUNIOR, Luiz Sampaio. **As Entidades sem fins lucrativos e as normas internacionais de contabilidade – Breve ensaio (parte 2)**. Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/entidades-sem-fins-lucrativos-e-as-normas-internacionais-de-contabilidade.htm>
Acesso em 14 out. 2013.

OLIVEIRA, Eliete da Silva. **Contabilidade por fundos: Proposta de adoção em uma organização sem fins lucrativos atuante nas áreas de educação, saúde, e assistência social**. Unesc, 2010.